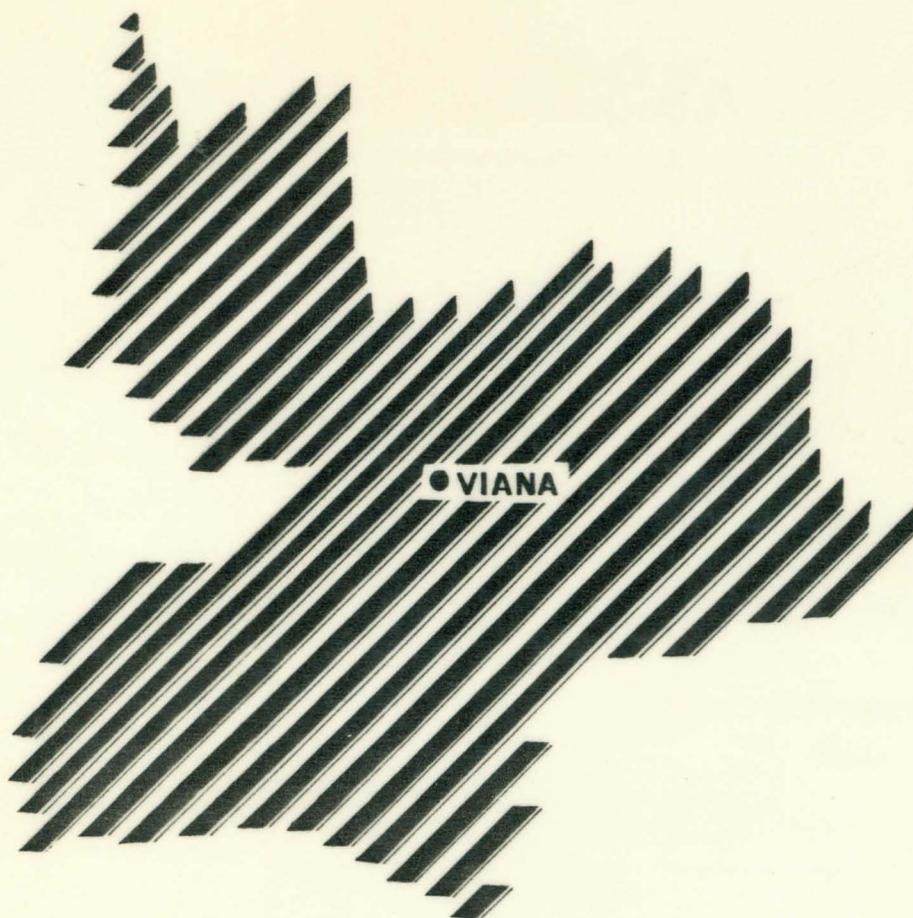


IJ00279/50

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Coordenação Estadual do Planejamento
Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo



RELATÓRIO MUNICIPAL
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO

IJ00279/50
6670/1985
EX: 2

JONES DOS SANTOS NEVES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Coordenação Estadual do Planejamento
Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo

VIANA

RELATÓRIO MUNICIPAL
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

50



IJ00279

352.098252073
I55 2

6670/85
2x2.

RELATÓRIO MUNICIPAL DE VIANA

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
GRUPO EXECUTIVO DE RECUPERAÇÃO ECONOMICA DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

RELATÓRIO MUNICIPAL DE VIANA

NOVEMBRO/84

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gerson Camata

COORDENACAO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

Orlando Caliman

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Manoel Rodrigues Martins Filho

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO

Carlos Teixeira Campos Júnior

PESQUISA DE CAMPO

Adelino Pinheiro Pires

Maãalena de Carvalho Nepomuceno

Renato de Castro Gama

Ronaldo José de Menezes Vincenzi

ELABORAÇÃO

Maãalena de Carvalho Nepomuceno

AGRADECIMENTO

A equipe de elaboração e todos os participantes do PDRI agradecem

- aos supervisores e técnicos dos Escritórios Locais da EMATER,
- aos presidentes ou membros de Diretorias de Sindicatos,
- aos agentes do MEPES (Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo),
- aos agentes das Igrejas que nos receberam e
- aos produtores rurais, por terem, de forma tão atenciosa, nos recebido para as entrevistas.

Gostaríamos de deixar claro que, sem esta preciosa colaboração, não seria possível a realização deste trabalho.

ÍNDICE	PÁGINA
1. INTRODUÇÃO	6
2. ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE VIANA	10
2.1. PRINCIPAIS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	11
2.2. ESTRUTURA FUNDIÁRIA	16
2.3. RELAÇÕES DE TRABALHO	20
2.4. CONDIÇÕES TÉCNICAS DA PRODUÇÃO	22
3. SETORES DE PRODUÇÃO	30
A - SETOR DE PRODUÇÃO 1	30
B - SETOR DE PRODUÇÃO 2	31
C - SETOR DE PRODUÇÃO 3	32
4. COMERCIALIZAÇÃO	36
5. CONCLUSÕES	39
6. FONTES CONSULTADAS	42
ANEXO I	43
ANEXO II	51
ANEXO III	54



1.

INTRODUÇÃO

Na dinâmica da elaboração dos PDRI's (Programas de Desenvolvimento Regional Integrado) das várias Regiões-Programa em que o Estado do Espírito Santo está oficialmente dividido, os *Relatórios Municipais* ocupam lugar de destaque.

Como o próprio nome indica, originalmente surgiram em decorrência da preocupação de se organizar e sistematizar as informações trabalhadas em escritório e colhidas em campo. Num primeiro momento, o Relatório Municipal cumpriu a função de um documento de trabalho, em vista da elaboração dos Relatórios Regionais. Com o passar do tempo, principalmente após a mudança do governo estadual em 1983, os Relatórios Municipais começaram a ter destaque no trabalho do PDRI devido sua demanda pelas prefeituras municipais e outros órgãos estaduais, em especial a Secretaria de Agricultura.

Quanto à metodologia utilizada no seu desenvolvimento, destacam-se os seguintes passos e considerações:

- a) Levantamento de dados secundários para a preparação da viagem a campo.

Inicialmente foi definida uma série de dados (perfil da produção, estrutura fundiária, relações de trabalho, etc.) a serem coletados no Censo Agropecuário e em outras fontes, como os dados organizados por computador, a partir da Folha de Coleta do Censo. De posse desses dados, com a devida discussão de suas principais tendências e determinações, ter-se-ia uma primeira aproximação da realidade agropecuária do município em questão. Desta forma, cada subequipe de viagem iria a campo com as informações secundárias organizadas num documento de trabalho.

b) Realização da viagem a campo.

Todos os municípios que têm alguma expressão agrícola foram visitados nesta viagem: Afonso Cláudio, Alfredo Chaves, Anchieta, Cariacica, Domingos Martins, Fundão, Guarapari, Ibirapu, Piúma, Santa Leopoldina, Santa Teresa, Serra e Viana.

A principal razão da viagem foi a coleta de dados junto às principais entidades atuantes em cada município (EMATER, sindicatos, cooperativas, associações de produtores, MEPES, Igreja, etc.) e entrevista a produtores locais mais representativos de sua categoria: pequenos proprietários, parceiros, em alguns casos assalariados permanentes e assalariados temporários, além dos volantes.

Cabe ressaltar neste item a fundamentalidade do contato com os técnicos da EMATER local, tendo em vista sua larga experiência junto aos produtores. Deveu-se a eles, outrossim, o mapeamento das principais culturas que se desenvolvem no município¹. Além disso, as informações básicas sobre o município, no que diz respeito à sua realidade agropecuária.

Para a realização do PDRI da Região-Programa I de Vitória, foi introduzida uma série de contatos com produtores locais representativos², objetivando um aprofundamento ainda maior do conhecimento do real, apreendido através das instituições contatadas, na medida em que o discurso do produtor expressa de forma mais efetiva a complexidade de sua realidade vivida no dia-a-dia.

Depois dos dados (primários e secundários) coletados e trabalhados, definindo-se a estrutura do relatório, partiu-se para sua redação.

¹Este mapeamento constituiu-se a base espacial para a definição das várias formas de produção agropecuária do município. O critério de importância das culturas foi definido com base na maior ou menor renda gerada para um determinado grupo de produtores locais.

²Este passo metodológico não foi realizado, quando da elaboração dos relatórios regionais anteriores.

Há que se destacar a terminologia utilizada ao longo do texto, sendo que alguns conceitos são fundamentais para sua compreensão, especialmente:

- *Sector da Produção*: caracteriza-se pelo espaço geo-econômico (inicialmente mapeado pelo técnico da EMATER), no qual desenvolve-se uma ou mais culturas principais, secundárias, embrionárias, etc. Tais culturas e/ou atividades podem estar combinadas ou em processo de exclusão (ex. de culturas combinadas: café, milho, feijão; de exclusão: cana, cereais).
- *Bolsões*: no interior dos setores de produção pode surgir uma cultura e/ou atividade, contrastante com a hegemônica, que tenha expressividade de naquela área específica. Neste caso, esta determinação espacial é denominada bolsão.
- *Setores Censitários*: constituem-se a unidade espacial de mensuração e coleta de dados da FIBGE; isto é, o espaço do território municipal possível de ser percorrido por um recenseador, definido por um número limite de unidades de coleta. A importância dos setores censitários está em que, a partir dos dados tomados das Folhas de Coleta da FIBGE, depois de processados, foram organizados³ obedecendo àquela unidade. Desta forma, para os principais estudos do espaço considerado, o setor censitário é um importante referencial de observação, a partir do qual se inferirá ou se levantará hipóteses acerca da realidade.

Do ponto de vista da estrutura e conteúdo dos *Relatórios*, pensou-se numa primeira apresentação ("Estrutura da produção agropecuária do município") do município ao leitor, considerando suas principais atividades agropecuárias, bem como a evolução das principais referências de análise: estrutura fundiária, relações de trabalho e tecnologia utilizada na produção. No caso de o fenômeno demográfico ter especial significação, é tra-

³Estrutura fundiária por área e número de estabelecimentos; área de lavouras permanentes; área de lavouras temporárias; população ocupada por estrato; número de tratores; população bovina, suína e de aves.

tado neste momento do texto.

Depois de o município haver sido caracterizado em suas constituições mais gerais, passa-se a trabalhar os setores de produção. Neste momento, suas determinações mais gerais ganham força e concretude nos movimentos específicos, internos ao município. Trata-se de um trabalho que pretende ser de caráter analítico, em que se procurará garantir: a) as especificidades das culturas e/ou atividades no interior de cada setor de produção e b) suas articulações inter-setores; c) uma análise do processo produtivo assentado nas referências básicas: estrutura fundiária, relações de trabalho e tecnologia utilizada na produção (entendendo-se as especificidades de cada setor, tenta-se a compreensão global do município).

Depois de se esgotar razoavelmente a reflexão sobre o processo produtivo, passa-se ao entendimento do processo de realização da produção.

Na esfera da comercialização dos produtos agropecuários, procurar-se-á descrever as características de cada produto ou grupo de produtos, destacando-se: a cadeia de intermediação; principais firmas ou agentes de comercialização; principais formas de subordinação da produção; idem para as formas de controle do mercado (mono-oligopólio/oligopsônio), entre outros.

É importante assinalar que o redator, ao escrever o item "Comercialização", não está preocupado com análises teóricas, mas tão-somente com a descrição da realidade observada e apreendida.

Fechando o texto, as "Conclusões" têm o objetivo de captar as principais determinações existentes no município, do ponto de vista do processo produtivo e da realização da produção agropecuária, enfatizando os pontos de estrangulamento específicos daquela realidade sócio-econômica. Caso seja possível, tentar-se-á esboçar algumas tendências gerais.

2.

ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE VIANA

O município limita-se ao norte com Cariacica, ao sul com Guarapari, a leste com Vila Velha e a oeste com Domingos Martins, possuindo uma área de 328Km².

Além da sede, o município é formado pelo distrito de Araçatiba.

Segundo o Censo Demográfico, havia em Viana, em 1980, 23.706 habitantes, sendo 18.840 na zona urbana e 4.866 na zona rural.

O município apresenta topografia ondulada, sendo seus solos caracterizados predominantemente pelo latossolo vermelho amarelo distrófico, com fertilidade natural que, no geral, varia de média a baixa e um pH em torno de 5%. Possui ainda 47% de suas áreas com declividade abaixo de 30%.

O município apresenta as seguintes atividades agropecuárias (principais):
- banana, café, pecuária, heveicultura, arroz, feijão e milho.

Do ponto de vista da renda gerada, a banana se constitui a atividade de maior expressão.

É proeminente no município a existência de arrendatários, que condicionam sua produção e comercialização às culturas do arroz, feijão e milho, devido ao tempo de contrato do arrendamento.

O café e a heveicultura constituem-se culturas embrionárias.

A seguir, um breve histórico do município.

O município de Viana foi criado pela Lei nº 10, de 23 de julho de 1862, com território desmembrado de Vitória. Sua instalação ocorreu em 08 de dezembro de 1862. Em 31 de dezembro de 1943, a sua denominação foi mudada para Jabaeté, porém em 29 de dezembro de 1953, foi restabelecido o nome anterior.

O início de sua colonização ocorreu nos primórdios do século XIX, quando governava a província o Sr. Francisco Alberto Rubim e, a 06 de janeiro de 1860, recebeu a visita do imperador D. Pedro II.

A noroeste apresenta altitude que varia de 100 a 200 metros; porém, a sudeste, a altitude atinge 500 metros. Seu clima é quente, mas moderado em algumas regiões.

A base hidrográfica de Viana são os rios Jucu e o Formate; destaca-se também a cachoeira da Fumaça, com potencial de 1.500 HP.

Na agricultura predominam as pequenas propriedades, tendo na banana um de seus maiores destaques.

2.1. PRINCIPAIS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

Este item visa analisar a área e o valor da produção de lavouras permanentes (LP) e temporárias (LT), e efetivo bovino nos anos de 1960, 1970, 1975 e 1980, considerando a sua evolução (e involução) interna e seus condicionantes.

Na tabela a seguir, visualiza-se a evolução das atividades agropecuárias nas décadas de 1960/1970/1980 em relação à área ocupada.

TABELA 1

EVOLUÇÃO DO USO DO SOLO - 1960, 1970 e 1980

(em ha)

DISCRIMINAÇÃO	ANO	L.P.	L.T.	MATAS E FLORESTAS		PASTAGENS		TERRAS PRO DUTIVAS NÃO UTILIZADAS	TOTAL
				NAT.	PLANT.	NAT.	PLANT.		
VIANA	1960	1.472	1.213	4.643	38	3.212	4.507	4.029	19.114
	1970	2.635	1.707	1.845	12	6.195	6.050	6.312	24.756
	1975	1.935	1.474	2.092	9	6.573	9.274	5.672	27.029
	1980	2.993	2.297	2.751	7	6.663	4.425	2.311	21.447

Fonte: Censo Agropecuário 1960, 1970/75, 1980.

O município de Viana apresenta um quadro de uso do solo onde a área ocupada com pastagens tem primazia sobre as demais atividades, representando 40,0, 49,5 e 51,7% em 1960, 1970 e 1980, respectivamente.

As lavouras permanentes no período 1960/1980 representavam 8,5 e 13,9% da área municipal, enquanto as lavouras temporárias passaram de 6,0 para 10,7%, respectivamente.

As terras produtivas não utilizadas no município, na década 1960/1970, cresceram de 21,0 para 25,5% respectivamente, enquanto de 1970/1980 caíram para 10,8%.

Já as matas e florestas no período 1960-70, decresceram de 24,5 para 12,8%.

A partir desses dados, pode-se afirmar que a pecuária se expandiu no município no período 1960/1980, enquanto as atividades agrárias também sofreram um pequeno acréscimo, se comparadas à área de pastagens.

As expansões se deram em prejuízo da área de matas e florestas e da utilização de terras produtivas não utilizadas e em benefício das áreas de pastagens.

Em relação ao pequeno aumento das LP (13,5%), o que se verifica é o pequeno produtor implementando sua plantação de banana, devido sua rentabilidade durante todo o ano.

A tabela a seguir mostra a evolução das atividades agrárias no período 1970/1980 em relação ao valor gerado e à área colhida.

TABELA 2
VALOR GERADO¹E ÁREA TOTAL COLHIDA DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS
1970, 1975 e 1980

CULTURAS	ANO	VALOR ¹	ÁREA (ha)
Arroz em casca	1970	1.983	243
	1975	3.427	202
	1980	908	117
Banana	1970	37.802	1.762
	1975	50.910	1.102
	1980	40.890	976
Café em Coco	1970	8.466	148
	1975	1.863	69
	1980	4.129	140
Cana de Açúcar	1970	681	65
	1975	745	35
	1980	2.673	45
Feijão	1970	2.487	262
	1975	3.576	361
	1980	3.165	207
Laranja	1970	9.887	127
	1975	4.396	34
	1980	2.595	64
Mandioca	1970	7.904	183
	1975	10.378	224
	1980	4.016	101
Milho	1970	1.806	361
	1975	2.118	441
	1980	1.525	313
TOTAL	1970	71.016	3.151
	1975	77.413	2.468
	1980	59.901	1.963

¹A preços correntes de 1980.

FONTE: FIBGE. Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.

Em relação ao valor total gerado pelas atividades agropecuárias do município, observa-se que a banana predomina em participação, com 53,2, 65,7 e 68,2% em 1970, 1975 e 1980, respectivamente.

No ano de 1970, o segundo produto a ter maior participação era a laranja com 13,9, seguido do café em coco com 11,9%. Em 1975, o segundo produto em participação era a mandioca com 13,4%. E, em 1980, o café em coco marca sua participação com 6,9%.

No que diz respeito à geração de valor relativa às atividades agrárias, excluindo os olerícolas que serão tratados a seguir, o município sofreu um decréscimo de 15,7% na década de 1970/1980.

O que se verifica ainda nesse quadro é o decréscimo de área total colhida na década de 1970/1980, sendo que nenhuma cultura teve sua área aumentada.

Analisando-se os dados referentes ao valor gerado e à área total colhida e relacionando-os ao contexto geral do município, constata-se, na década de 1970/1980, a diminuição do crédito rural relativo a investimento e custeio.

Nesse mesmo período, o município não contou com o crédito de comercialização, o que em parte justifica a queda no valor gerado por causa dos problemas concernentes ao mercado e à concorrência para colocação dos produtos.

TABELA 3
VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS OLERÍCOLAS (70, 75 e 80) A PREÇOS CORRENTES DE 1980.

CULTURAS	1970	1975	1980
Tomate	533	32	158
Alface	2.516	9.899	3.954
Cenoura	-	75	4
Chuchu	148	43	30
Couve	178	479	212
Pepino	-	21	79
Pimentão	-	96	92
Quiabo	30	447	76
TOTAL	3.405	11.092	4.605

FONTE: FIBGE. Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980.

Em Viana, os olerícolas em termos relativos, representam uma parcela importante da renda gerada, principalmente a alface. Em 1980 representou 85,8% do total do valor gerado pelos olerícolas.

O cultivo de olerícolas, principalmente a alface, a couve e o quiabo se deve à proximidade ao centro consumidor, à rentabilidade e ao pequeno espaço para o seu desenvolvimento, além de desempenhar o papel de subsistência e abastecimento ao pequeno comércio local.

2.2. ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Segundo o Censo Agropecuário de 1980, a estrutura fundiária do município, de acordo com o número de estabelecimentos, é praticamente definida pelas propriedades de 0-100ha, representando 91% do total. Sendo que des

ses, 82% pertencem ao estrato 0-50ha.

No entanto, em termos de área, os estabelecimentos acima de 100ha ficam com 59% da área municipal, indicando assim uma concentração de área nos maiores estabelecimentos.

TABELA 4

ESTRUTURA FUNDIÁRIA SEGUNDO ÁREA E NÚMERO DOS ESTABELECIMENTOS

ANO	0 - 10ha				10 - 50ha				50 - 100ha				+ 100ha				TOTAL			
	Nº EST.	%	ÁREA	%	Nº EST.	%	ÁREA	%	Nº EST.	%	ÁREA	%	Nº EST.	%	ÁREA	%	Nº EST.	%	ÁREA	%
1960	92	25,14	414	2,10	188	51,37	4.413	22,37	49	13,39	3.086	15,64	37	10,11	11.816	59,89	366	100	19.729	100
1970	427	48,80	1.860	7,16	322	36,80	7.125	27,45	67	7,66	4.578	17,63	59	6,74	12.397	47,75	875	100	25.960	100
1980	205	37,21	773	3,25	242	43,92	5.543	23,33	52	9,44	3.694	15,55	52	9,44	13.752	57,88	551	100	23.762	100

Fonte: FIBGE. Censos Agropecuários 1960, 1970 e 1980.



Analisando-se a evolução (e involução) da estrutura fundiária municipal, da década de 1960 a 1980, verifica-se que na década de 1960/1970 todos os estratos aumentaram em número de estabelecimento e área.

Os estratos de 0-50ha nesse período ganharam 469 estabelecimentos e tiveram sua área aumentada em 4.158ha, o que equivale em média a 8,9ha por cada novo estabelecimento.

Já o estrato de 50-100ha incorporou uma área de 1.492ha nesse mesmo período e aumentou o número de estabelecimentos em 18. Isso significa em média que cada novo estabelecimento ganhou 83ha.

No entanto, os acima de 100ha são inexpressivos, pois ganham apenas 581ha e aumentam em 22 novos estabelecimentos.

Porém, na década de 1970/1980 o que se assiste é o contrário do fenômeno ocorrido na década anterior.

Ou seja:

Os estratos 0-50 perdem 302 estabelecimentos e 2.569ha em área, sendo que desses, somente o estrato de 0-10 perde 222 estabelecimentos.

O estrato 50-100 também perde 15 estabelecimentos e involui em 884ha.

Somente o estrato acima de 100ha aumenta sua área em 1.355ha e perde sete estabelecimentos.

Verifica-se, no geral, a queda em número de estabelecimentos e a queda em área, com exceção apenas para o estrato acima de 100ha, o que pode significar concentração de terras para a expansão de pastos e/ou para especulação imobiliária, devido à proximidade do município ao centro de Vitória.

2.3. RELAÇÕES DE TRABALHO

O que se verifica em Viana, conforme a Tabela 5, é a concentração de utilização de mão-de-obra nos estratos abaixo de 50ha.

Esses estabelecimentos utilizam MOF, AT e Parceria em menor escala. Ganha destaque o AP, composto por especialistas, para o cultivo da seringueira.

A parceria acontece nas culturas do milho, arroz e feijão em regime de 30%¹, onde o proprietário repassa a terra bruta.

Mais raramente ocorre a meação na banana, sendo a terra repassada, devidamente preparada.

Normalmente os AT são filhos de arrendatários e parceiros que optam por se assalariarem devido à falta de terra e para complementarem a renda familiar.

Os estabelecimentos até 50ha produzem banana, arroz, milho, feijão, cafê e olericultura, com o objetivo de serem comercializados.

Esses estabelecimentos absorvem 68% da mão-de-obra municipal, embora de tenham apenas 27% da área, o que demonstra a contribuição dos pequenos estabelecimentos na geração de emprego e, conseqüentemente, investimento na produção.

Entretanto, os estabelecimentos acima de 50ha cultivam, em pequena escala, a banana; dedicam-se à pecuária ou deixam a terra sem atividades. Utilizam AP e AT.

¹Ou terça.

TABELA 5

PESSOAL OCUPADO POR ESTRATO NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS - 1980

ESTRATO	PESSOAL OCUPADO	%
0 - 10	608	25,8
10 - 50	1.007	42,6
50 - 100	215	9,0
+ 100	534	22,6
TOTAL	2.364	100

Fonte: Censo Agropecuário de 1980.

O quadro a seguir mostrará a evolução (e involução) das relações de trabalho por categoria na década de 1970/1980.

TABELA 6

RELAÇÕES DE TRABALHO POR CATEGORIA EM RELAÇÃO AO TOTAL DO MUNICÍPIO (VALORES RELATIVOS) - 1970, 1980

CATEGORIA	ANO	%
MOF	1970	80,7
	1980	59,6
PA	1970	1,91
	1980	1,3
AP	1970	6,85
	1980	16,0
AT	1970	9,39
	1980	21,4

Fonte: FIBGE. Censos Agropecuários de 1970 e 1980.

O que se nota na década de 1970/1980 é o aumento na utilização dos assalariados permanentes e temporários e a queda da MOF e parceria.

Essa transformação pode ser explicada, no caso dos AP, devido ao fato de a heveicultura ter entrado em fase produtiva. Já o aumento dos AT está intimamente relacionado aos recentes arrendamentos, uma vez que os arrendatários utilizam plenamente a terra no período do contrato.

A queda na utilização de MOF e a estabilização da parceria está vinculada à queda do número de estabelecimentos e área nos estratos de 0-50ha.

2.4. CONDIÇÕES TÉCNICAS DA PRODUÇÃO

A Tabela seguinte indica a utilização de técnicas agrícolas e aplicações de tecnologia empregadas nas culturas do município.

TABELA 7
USO DE TECNOLOGIA POR CULTURA

CULTURAS	TÉCNICAS UTILIZADAS
Banana/Café	Derrubada Queimada Enleiramento Plantio em nível (café) Capina manual Coroamento - roçada Adubação no plantio Adubação na cobertura Colheita manual Prática de conservação do solo Mudas tratadas e selecionadas

continua

continuação

TABELA 7

CULTURAS	TÉCNICAS UTILIZADAS
Heveicultura	1 roçada Enleiramento Prática de conservação do solo Mudanças enxertadas Adubação química e orgânica na cova Capina Coroamento Desfolha/enxerto/replanteio Adubação química em cobertura Colheita manual
Feijão/milho/arroz	Aração Gradagem Plantio mecânico ou manual Sementes selecionadas Adubação orgânica (milho e feijão) Tratos culturais (feitos manualmente) Drenagem Colheita manual (milho, feijão) Colheita mecânica (arroz) Irrigação mecânica (arroz) Correção do solo (aplicação de calcário)
Olericultura	Preparo da terra manual Adubação orgânica Sementes selecionadas Plantio manual Capina manual Formação de canteiros Irrigação manual Aplicação manual de defensivo agrícola Colheita manual

continua

continuação

TABELA 7

CULTURAS	TÉCNICAS UTILIZADAS
Pastagens	1 roçada manual 1 queima Plantio manual Mudas

Fonte: Escritório local da EMATER - 1984.

A partir desse quadro verifica-se a relativa tecnificação existente nas culturas do arroz, milho e feijão.



TABELA 8

PROPORÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS QUE UTILIZAM FERTILIZANTES E DEFENSIVOS - 1960/1970/1980

DISCRIMINAÇÃO	ANO	FERTILIZANTES			DEFENSIVOS		
		TOTAL	QUÍMICO	ORGÂNICO	TOTAL	ANIMAL	VEGETAL
Viana	1970	9,5	2,2	8,0	-	-	-
	1980	44,6	28,7	35,9	78,2	35,7	66,8
Estado	1970	13,0	4,0	11,4	-	-	-
	1980	57,1	52,0	27,1	81,7	54,1	57,2

FONTE: FIBGE. Censos Agropecuários 1970/1980.

Conforme a Tabela 8, pode-se visualizar o crescimento da utilização de fertilizantes na década 1970/80. Constatase que o número de estabelecimentos que passam a utilizá-lo cresce de 9,5 para 44,6% nesse período, enquanto a proporção de estabelecimentos no Estado representa 13,0 e 57,1%, respectivamente.

Assim, pode-se ver que há uma utilização elevada de fertilizantes neste município, principalmente do adubo orgânico. Isso pode estar relacionado com o tipo de cultura existente.

Em relação aos defensivos, observa-se que os mesmos passaram a ser utilizados somente a partir de 1980.

O defensivo vegetal é utilizado por 66,8% dos estabelecimentos existentes, enquanto apenas 57,2% dos estabelecimentos do Estado o utilizam.

Relativamente, a percentagem de estabelecimentos que utilizam defensivo vegetal em Viana é maior que a do Estado.

Segundo o Censo Agropecuário de 1980, a Tabela a seguir mostra a utilização de tratores por hectare.

TABELA 9
NÚMERO DE TRATORES POR ESTRATO

ESTRATO (ha)	ÁREA UTILIZADA (ha)	Nº TRATORES	ha/TRATOR
0-10	773	0	0
10-50	5.543	12	461,92
50-100	3.694	05	738,80
+100	13.752	25	550,08
TOTAL	20.760	42	1.750

FONTE: FIBGE. Censo Agropecuário, 1980.

Visualiza-se nessa Tabela, em termos relativos, que não há grande diferença em termos de hectare atendido por trator nos estratos apresentados.

No entanto, segundo dados colhidos em campo, para atendimento dos estratos até 50ha, existe apenas um trator, uma plantadeira, um arado e uma colhedeira que são administrados pela APROVES (Associação dos Produtores de Jucu). Ainda segundo dados de campo, há hipótese de que grande parte do maquinário do município permanece parado, pois o custo para mantê-lo sem funcionar é menor do que quando em atividade.

Outro dado que contribui no entendimento do nível de tecnologia existente é o volume e as condições de financiamento.

Conforme o técnico da EMATER, a cultura que possui maior linha de financiamento é a banana e o estrato que mais o solicita é o de 10-50ha, sendo que a forma de garantia mais importante é o aval.

Há no município problema de zoneamento para as culturas do mamão, alho e citrus.

Conforme a Tabela 10, verifica-se que a magnitude de financiamento no município decaiu de 0,93 para 0,18% na década de 1970/80, em relação ao montante estadual. Ou seja, em 1970 Viana percebeu apenas 0,93% do total de financiamento do Estado.

TABELA 10
EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL (NÚMEROS RELATIVOS) EM VALORES DE 1980

ANO	TOTAL DO MUNICÍPIO EM RELAÇÃO AO ESTADO (%)
1970	0,93
1975	0,52
1980	0,18

FONTE: FIBGE. Censos Agropecuários 1970, 1975 e 1980.

Visualiza-se conforme a Tabela 11 que o crédito advém totalmente do Governo e se destina a investimento e custeio, sendo o de investimento mais expressivo.

Em termos de valor, percebe-se que há acréscimo no crédito total destinado a Viana, no período 1970/1975, e conseqüente aumento no financiamento para investimento e custeio em 46 e 25%, respectivamente.

No entanto, de 1975 a 1980, constata-se uma queda abrupta no crédito para investimento e custeio, sendo que o investimento decresce em 66 e o custeio em 54%, respectivamente. Isso indica uma queda na diferença entre o crédito para investimento e custeio, o que pode estar voltado para incentivo à produção. No entanto, há de se considerar que o montante do crédito de custeio corresponde a duas vezes menos que o de investimento.

Inexiste crédito de comercialização para Viana na década de 1970/1980.

TABELA 11

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL SEGUNDO ORIGEM E DESTINO, EM MIL CRUZEIROS, EM VALORES DE 1980.

DISCRIMINAÇÃO	ANO	ORIGEM	DESTINO			TOTAL
		GOVERNO	INVESTIMENTO	CUSTEIO	COMERCIALIZAÇÃO	
Viana	1970	12.640	9.620	4.943	-	14.949
	1975	26.471	17.967	6.567	-	30.143
	1980	8.718	6.175	2.983	-	9.278
Estado	1970	213.223	845.906	209.129	84.336	1.614.137
	1975	5.454.433	2.794.189	1.052.894	81.906	5.789.602
	1980	5.087.008	1.251.821	1.838.803	35.251	5.233.385

Fonte: FIBGE. Censos Agropecuários de 1970/1975 e 1980.

OBS. para 1980: devido ao acréscimo do item *outras fontes* para este ano, o total de crédito concedido poderá, em alguns momentos, ter um montante bem superior à soma dos itens que compõem o agregado *destino*.

3.

SETORES DE PRODUÇÃO

Neste tópicu procurar-se-á discutir os setores de produção que existem no município, bem como os bolsões que se reproduzem no seu interior.

Os setores de produção são comandados por culturas principais, quer na forma unitária ou combinadas entre si.

Por sua vez, os bolsões definem-se como espaços geo-econômicos de produção, com características próprias, delimitando um espaço sócio-econômico diverso daquele engedrado pela(s) cultura(s) principal(is) ou de suas articulações entre si, ou de suas interações com as culturas secundárias do setor.

A - SETOR DE PRODUÇÃO 1

Trata-se de um setor onde a banana aparece como cultura principal e o café como embrionária e é classificado pela EMATER local, com fertilidade variando de média para baixo, com possibilidades de erosão.

A bananicultura desse setor corresponde a 50% da produção municipal. Essa cultura é tradicional, principalmente na porção noroeste do setor. Sofre influência do relevo, uma vez que a banana se destaca apenas nessa área do município, que é acidentada, apresentando quotas que chegam até 700m.

O café é implantado a partir de 1980.

Esse setor pode ser classificado como unitário¹, uma vez que a banana domina em valor gerado; porém há combinações com o café, pois ambos oferecem

¹Aquele em que aparece apenas uma cultura dominando em termos de renda total gerada.

cem ao produtor uma rentabilidade compensadora, sendo que o café tem oscilações mais frequentes e relevantes e uma duração de produção longa, o que de certa forma dificulta a sua expansão sobre a área da banana.

A variedade predominante do café desse setor é Conillon.

A maior parte da plantação de banana localiza-se no estrato 0-10 e utiliza mão-de-obra familiar e diaristas. Nos estratos de 10-50 e 50-100 também aparece banana, porém com pouca expressão e utilizando MOF e diaristas.

A estrutura fundiária, segundo o número de estabelecimentos, tem a dominância do estrato de 10-50 e a subdominância de 0-10, enquanto em área predomina o estrato + 100 e subdomina o estrato 10-50.

O fornecimento de mão-de-obra é interno ao próprio setor. São os filhos de proprietários que se assalariam em outras propriedades, como forma de complementarem a renda familiar e de suprirem as necessidades de mão-de-obra entre as propriedades. Ou seja, há uma combinação em ganhar uma renda extra e colaborar com os proprietários vizinhos para que não percam seu produto, no caso da banana, uma vez que não há mão-de-obra disponível nesse setor e a sua busca incorreria em aumento dos custos.

B - SETOR DE PRODUÇÃO 2

Neste setor, a pecuária leiteira apresenta-se como principal fonte de renda e a heveicultura como cultura embrionária.

Este setor pode ser classificado como unitário, uma vez que a pecuária leiteira domina outras possíveis atividades. Merece destaque absoluto e sua produção destina-se à Cooperativa Leiteira de Vitória. Esta atividade, principalmente a partir de 1980, por causa do término dos contratos de arrendamento, vem substituindo áreas ocupadas por culturas brancas nas proximidades de Araçatiba. Aparece fundamentalmente nos estratos superiores a 10ha. A mão-de-obra utilizada é o AP e diaristas du

rante todo o ano. A heveicultura está localizada a sudoeste do setor, sendo que algumas fazendas situam-se nas proximidades do Rio Jacarandã. As seringueiras ainda não entraram em produção, exceto as de Perocão (Guarapari), próximas à BR 101. Essa cultura exige alto grau de tecnificação, além de demandar AP, mão-de-obra especializada vinda da Bahia. Os AP percebem em torno do SMR, têm carteira assinada e, no caso da pecuária, têm acesso ao cultivo de subsistência e à criação de animais de pequeno porte.

A mão-de-obra utilizada nesse setor provém de Itanhenga e do próprio setor.

Quanto à estrutura fundiária, em relação à área apropriada, dominam os estabelecimentos acima de 100ha, enquanto em número de propriedades domina o estrato de 0-10, indicando uma concentração de área em função da pecuária desenvolvida.

A heveicultura é uma cultura altamente beneficiada pelo crédito. Segundo a EMATER, ela se constitui em verdadeira *aposentadoria*. As seringueiras produzem durante 30 anos, iniciando-se aos cinco anos. Os produtores de látex têm o prazo de 14 anos para pagar o financiamento, sendo que têm direito a sete anos de carência.

A tecnologia utilizada na heveicultura compõe-se das seguintes etapas: Uma roçada, enleiramento, prática de conservação do solo, mudas enxertadas em sacolas, nuas, adubação química e orgânica na cova, capina, coroamento, desfolha/enxertia/replanteio, adubação química em cobertura, colheita manual.

A pecuária desse setor utiliza a seguinte tecnologia: uma roçada, queima, plantio manual e mudas.

C - SETOR DE PRODUÇÃO 3

Este setor apresenta o arroz como cultura principal, o milho/feijão como

secundárias e dois bolsões de olericultura ao norte.

As culturas do milho/feijão combinam-se com a do arroz de forma unitária, lembrando que ambas se constituem em culturas solteiras e comerciais e que, principalmente o milho e o feijão, revezam-se no plantio.

Este setor de produção é classificado pela EMATER como sendo o de maior fertilidade no município.

Nele localiza-se a vala *Cornélio*, que causa improdutividade em cerca de 1.300ha, devido a inundações que ocorrem por falta de saneamento.

A sua estrutura fundiária, em termos de área, apresenta dominância no estrato mais de 100ha e subdominância no de 10-50. No entanto, no que se refere ao número de estabelecimentos, o estrato que se sobrepõe é o de 10-50, vindo a seguir o de 0-10.

O que se verifica nesse setor é a sua relação estreita com a área urbana, pois uma grande parcela do mesmo é constituída por ela.

Tem ainda como característica o número elevado de homens sem posse da terra, moradores de bairros urbanos, que buscam se integrar à produção através de arrendamento de terras. Essa característica define, quase totalmente, a constituição produtiva desse setor. Ou seja, os arrendatários optam pelo cultivo de culturas brancas devido ao seu ciclo produtivo, podendo fazer duas colheitas durante o período do contrato, além, é claro, da rentabilidade que essas culturas vêm oferecendo.

A umidade devido à vala *Cornélio*, ao rio Jucu e ao relevo que é caracterizado por baixadas, também favorece o plantio dessas culturas, principalmente o arroz.

Os bolsões de olericultura, onde se destacam principalmente a alface e o quiabo, são definidos pela necessidade de pequena área para seu cultivo e pelo retorno financeiro que é facilitado devido sua proximidade ao

centro consumidor. A olericultura, normalmente, é cultivada em terrenos urbanos.

Os contratos de arrendamento possuem a duração de um a dois anos, são registrados em cartório e possibilitam ao arrendatário o financiamento formal através do PROAPA (Programa de Apoio à Produção Associativa).

A base do contrato de arrendamento é a contrapartida em 30% da produção, em produto ou dinheiro, do arrendatário ao proprietário da terra.

Na realidade, esse não é o arrendamento *tipo clássico*, ou seja, aquele em que o proprietário aluga a terra e vive de sua renda, independente do resultado da colheita. Constitui-se, isso sim, em uma parceria legalizada em cartório, onde o produtor age autonomamente no que se refere ao que plantar, tendo acesso ao financiamento e o direito de permanecer na terra até o término do contrato, o que não ocorre com o parceiro normal.

Entretanto, a dominância em área dos estabelecimentos acima de 100ha, dificulta a cessão de terras para arrendamentos, preferindo-se muitas vezes, deixar a terra improdutiva a ter que arcar com o compromisso legal estabelecido em cartório.

Este setor ainda se destaca pela presença da APROVES (Associação dos Produtores de Jucu) que organiza os trabalhadores para conseguirem terra para produzir e comercializar seus produtos. Também oferece a seus sócios serviços de trator e maquinários, o que vem determinando a grande tecnificação neste setor.

A mão-de-obra utilizada é do próprio setor, incluindo Jucu como fornecedor importante, porque constitui-se viveiro de mão-de-obra tendo como base principal o número de desempregados.

Nas culturas do arroz, milho e feijão é utilizada a MOF do arrendatário, a MOF do parceiro e diaristas, provenientes de Jucu.

Já na olericultura é utilizada a MOF, a parceria e diaristas.

A tecnologia empregada no arroz, milho e feijão é a seguinte: Aração, gradagem, plantio mecânico ou manual, sementes selecionadas, adubação orgânica no milho e feijão, tratos culturais (feitos manualmente), drenagem, colheita manual, correção do solo com aplicação de calcário.

Vale ressaltar que a colheita, beneficiamento e irrigação do arroz se faz mecanicamente.

4.

COMERCIALIZAÇÃO

A - BANANA

O principal produto do município em expressão econômica apresenta a seguinte cadeia de revenda:

Produtor → caminhoneiro não produtor → firma → Rio de Janeiro.

As firmas que atuam são: Valflor, Banana Real e Araponga, sendo que ainda não há divisão de áreas entre os intermediários.

O pagamento ao produtor normalmente é feito 10 a 15 dias após a compra, onde a relação que prevalece é a de confiança no trato estabelecido.

A banana é vendida em cacho, não havendo problema de caixaria, uma vez que o intermediário a fornece, descontando-a apenas na primeira compra do produtor.

B - CAFÉ

Sua comercialização é feita através da seguinte cadeia:

Produtor → Intermediário → Firma TRISTÃO.

É vendido em coco e o pagamento é feito a prazo, sendo que seu beneficiamento é efetivado pelo intermediário.

Entretanto, parte razoável da produção é vendida em coco, sem intermediação.

Também não há divisão de área entre intermediários.

C - ARROZ/FEIJÃO/MILHO

A cadeia de revenda é assim constituída: Produtor → Intermediário local; isso ocorre no caso de produtores de até 10ha para o arroz e o feijão, sendo que no caso do milho há venda da roça fechada.

Nessas culturas há atuação de diversos intermediários que pagam sempre um preço menor que o do dia. No entanto, os produtores conseguem informações sobre o preço através de rádio e TV, diariamente, mesmo assim preferindo vender ao intermediário porque terão menos custos com transportes e não necessitarão procurar compradores no mercado.

Normalmente o pagamento é à vista.

Freqüentemente o arroz é vendido em casca, pois não há máquina de beneficiamento no município.

Segundo o técnico da EMATER, o preço mínimo para essas culturas não é considerado nem pelos produtores, nem pelos intermediários, havendo inclusive problema em estocar o produto por não haver armazéns no município, mas apenas paióis e tulhas nas propriedades.

D - OLERICULTURA

A venda dos produtos olerícolas é feita diretamente pelo produtor à CEASA-ES.

E - HEVEICULTURA

A produção das seringueiras é comprada diretamente pela Johnson & Johnson nas propriedades.

F - LEITE

A produção de leite, a maior parte, segue para a Cooperativa Leiteira de

Vitória que, por sua vez, fornece à CCPL - Viana.

5.

CONCLUSÕES

Considerando que 82% dos estabelecimentos pertencem ao estrato 0-50ha, representando 27% em área, onde é característica a predominância da banana e, nos casos de arrendamento até esse tamanho de terra a predominância do arroz, milho e feijão, há um atraso nas relações de produção. Ou seja, pelo lado dos pequenos produtores existe o assalariamento entre proprietários vizinhos devido ao alto custo que incorreria a busca de mão-de-obra distante de seus estabelecimentos e, pelo lado dos arrendatários, inicia-se a formação de grupos de trabalho que os acompanham, na grande maioria constituídos por filhos e amigos.

Isso indica dois fatores importantes.

Em primeiro lugar, a ausência de um mercado de trabalho plenamente constituído e voltado para a área rural. Embora esse município se caracterize pela relação estreita, em termos de proximidade, entre área urbana e rural e conte com um grande número de desempregados, consequência da política econômica do governo e da crise econômica por que atravessa o sistema capitalista nacional e internacional, o que ocorre é que essas pessoas estão voltadas para a realidade urbana, buscando sobrevivência no setor industrial e/ou comercial. Por causa da desaceleração da atividade produtiva, esses desempregados buscam sobreviver de todas as formas possíveis.

A crise do sistema capitalista vem possibilitando o aparecimento de categorias dantes inexistentes, tais como engraxates, lavradores de carro e outros que compõem o setor informal.

Em segundo lugar, esse atraso nas relações de produção, tomando como base a pequena produção, tem ainda como causa a política agrícola estadual e federal e a falta de capitalização dos pequenos produtores para implementarem e comercializarem sua produção como meio de compensarem os altos custos correntes.

A proximidade do município ao principal centro consumidor estadual, a Grande Vitória, dificulta ainda mais o desenvolvimento da área rural. Pois muitos *estocam* terras para a criação de bovinos exigindo pouca mão-de-obra. Outros fazem o mesmo visando a simples especulação. Desta forma, assiste-se por um lado a existência de grandes áreas de terra improdutivas, apenas com pastos e, por outro, homens sem terra, buscando arrendamento.

O arrendamento em Viana merece destaque especial. São homens sem terra e, às vezes, produtores de até 50ha. Foi a forma institucional que permitiu o acesso dos sem terra ao crédito rural, através de programa especialmente criado para esse fim, o PROAPA. No entanto, para que os reursos financiados fossem incorporados, foi necessária a criação de instância coletiva institucionalizada - APROVES - Associação dos Produtores de Jucu.

Essa forma de associativismo nasceu como objetivo de se conseguir terra para que os despossuídos pudessem trabalhar, apoiando e comercializando a produção de seus associados, principalmente. A APROVES vem contando com apoio de instituições estaduais no que diz respeito ao melhoramento das condições técnicas e à organização e encaminhamento da entidade.

Nesse aspecto vislumbra-se uma tendência, que é o aumento no número de pessoas sem terras querendo o arrendamento e grande parte das terras municipais em poder de poucos proprietários, ou seja, hoje 59% da área está em poder dos estabelecimentos acima de 100ha. Depara-se, assim, como uma grande dificuldade, que é a estrutura fundiária e a política econômica e agrária do Estado atual, considerando a realidade desse município que é constituído por pequenas propriedades, abaixo de 100ha.

Esta experiência associativa é extremamente rica, desde que conte com a organização independente dos produtores em relação às instituições, no intuito de conseguirem suas vitórias, que na realidade são a sobrevivência, as condições necessárias para produzirem e comercializarem e a repartição da terra para quem nela trabalha.

Sua independência e fortalecimento é de vital importância para que so bre viva enquanto espaço coletivo e para manutenção genuína de seus obje tivos originais.

Em relação às condições técnicas do município, com base nas informações de campo, conclui-se que sua parte leste é mais tecnificada. É nesse setor que se concentra as terras arrendadas e onde a associação, com seu trator equipado, atende.

No entanto, o atendimento aos produtores no que se refere à utilização dos equipamentos, esbarra na deficiência de capital. Ou seja, os altos custos de manutenção do maquinário vem dificultando o cumprimento total do objetivo associativo, que é o atendimento de qualquer tamanho de área em qualquer localidade.

6.

FONTES CONSULTADAS

-
- Escritório local da EMATER - Viana
 - Associação dos Produtores de Jucu - APROVES
 - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Viana
 - Sindicato Rural de Viana
 - Instituto de Coordenação Estadual de Planejamento Agrícola, Secretaria de Estado da Agricultura-ES, *Situação Sócio-econômica do Município de Viana, 1981.*

ANEXO I

ENTREVISTA COM ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE JUCU

PRESENTES:

- Três arrendatários
- Um pequeno proprietário - 5ha
- Um pequeno proprietário - 50ha
- Um vaqueiro
- Dois produtores de Domingos Martins associados à APROVES.

1. SOBRE O SINDICATO

A Associação nasceu em março/83, com o apoio de Rose de Freitas e da Secretaria da Agricultura, com o objetivo de orientar os produtores, comercializar a produção e dar assistência médica, odontológica e jurídica aos trabalhadores e abrir campo de trabalho.

Sua base territorial é: Cariacica, Viana, Vila Velha, Domingos Martins. Por enquanto, os associados estão restritos a Jucu, mas estão fazendo reuniões nos outros locais.

São \pm 40 associados, sendo a maioria arrendatários, meeiros, terceiros e \pm 4 pequenos proprietários.

A atuação da Associação no momento está voltada principalmente para conseguir terra para arrendar aos associados, meeiros e terceiros, uma vez que o arrendamento traz vantagens ao trabalhador, porque o mesmo pode conseguir financiamento diretamente com o Banco, devido ao Projeto PROAPA (Programa de Apoio à Produção Associativa). Esse programa foi uma vitória da Associação.

2. PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES E PROBLEMAS DOS TRABALHADORES RURAIS

Não sabem da existência de conflito pela posse da terra.

O pequeno produtor utiliza a mão-de-obra familiar e, na colheita, diariz

tas, pagando Cr\$ 3.000, havendo também a troca de dias que dizem ser boa, devido ao fato de o trabalho ser mais animado e rápido. A troca de dia está sendo implementada pelos associados.

Existe ainda o arrendamento de terra pelo pequeno produtor, quando a sua terra possui algum problema (o caso de alagamento da vala Cornélio).

Existência da vala Cornélio aberta pelo DNOS há \pm 50 anos com o objetivo de escoar a produção e, hoje devido à falta de manutenção, saneamento e limpeza, prejudica \pm 1.300ha, diminuindo e estragando a produção.

Normalmente os pequenos produtores plantam: arroz, feijão, milho, mandioca, às vezes, banana.

Existência de muitos meeiros e terceiros. Não existe contrato, sendo as culturas mais plantadas: arroz, feijão e milho.

Não conseguem financiamento. Antigamente o patrão conseguia crédito e não repassava ao meeiro.

Quando o proprietário prepara a terra e dá os insumos, a produção é a meia; quando dá a terra bruta, cobra a terça.

Normalmente os donos da terra preferem essa categoria - meeiros -, porque não têm nenhum tipo de compromisso (contrato); quando querem a terra de volta, solicitam-na e a têm desocupada.

A maioria dos proprietários dá a pior terra aos meeiros, sendo que os mesmos ainda ficam comprometidos a vender toda ou parte de sua produção aos primeiros.

Atualmente, grande parte dos meeiros são continuam como tal, enquanto não conseguem terra para arrendar.

A maioria dos associados é constituída por arrendatários.

O arrendamento acontece devido à falta de posse da terra (moradores de bairros relacionados à área rural) e é preferido por causa das condições legais garantidas através do contrato registrado em cartório e devido ao acesso direto ao financiamento para custeio (PROAPA).

Normalmente o tempo de contrato é de um ano, o que condiciona a plantação de arroz, feijão e milho, no máximo, de dois anos.

O dono da terra não entra com nenhum custo e cobra a taxa na faixa de 20 a 30% da produção.

A taxa de juros do PROAPA é de 35% ao ano.

Os problemas dos arrendatários são a alta taxa de juros, pois tirando 30% para o dono da terra e 35% para o crédito adquirido, resta muito pouco para o arrendatário, além da dificuldade em conseguir terra para arrendar. O arrendatário ainda se depara com o problema de expansão das pastagens, ou seja, vencido o contrato, depois da terra pronta para novo plantio, o proprietário não renova o contrato, preferindo plantar gramínea.

Logo, as reivindicações mais prementes são:

- Mais terras para alugar e
- Diferenciação da taxa de juros entre arrendatários e proprietários.

O assalariado permanente normalmente não tem direito a nenhum cultivo, recebendo apenas uma casa para morar e um salário semanal de mais ou menos 18.000, sem carteira assinada.

O freqüente é o proprietário não aceitar vaqueiro com família grande e não deixar o mesmo passar de um ano de casa.

O diarista é utilizado durante todo o ciclo agrícola e tem como meta conseguir um pedaço de terra para arrendar; são mais solicitados na época da colheita e plantio.

Os diaristas são arregimentados nos bairros próximos de Viana, normalmente desempregados, havendo pequena diferença no pagamento entre homens, mulheres e crianças. Recebem \pm 3.000 por dia e são transportados de Kombi e/ou trator.

Os contratantes dos diaristas são desde grande proprietário até o próprio arrendatário, sendo que a relação do diarista com o arrendatário se dá de forma especial, ou seja, o arrendatário, além de pagá-lo no final do dia, lhe concede um pedaço da terra para plantar, isso se o diarista for eficiente no trabalho. Isso vem sendo desenvolvido pelos associados da APROVES.

É freqüente a existência de equipes de trabalho permanentes que acompanham determinadas pessoas.

Os diaristas têm trabalho permanente, uma vez que o ciclo agrícola é variado, devido ao plantio solteiro das culturas brancas, principalmente.

3. CONDIÇÕES TÉCNICAS E CRÉDITO RURAL

Existe crédito para custeio e investimento, sendo que os pequenos produtores e arrendatários utilizam quase que totalmente o de custeio.

Os agentes financiadores existentes no município são: BANESTES e Banco do Brasil, sendo que os associados pegam crédito no BANESTES.

Com exceção dos meeiros, terceiros e os sem terra, todos têm acesso ao crédito.

Praticamente todas as culturas possuem linha de financiamento: milho, arroz, feijão, banana e parte da horticultura.

Os arrendatários e pequenos proprietários, a partir da Associação, cria

ram o hábito de se avalizarem entre si, o que antes era dificultado pelo fato do grande produtor não avalizar para o pequeno.

Com relação à utilização de máquinas, o que se constata é a existência de um número relevante no município, sendo que as mesmas trabalham no máximo um mês, anualmente. Isso, porque o proprietário ganha mais com a máquina ociosa, sem manutenção do que colocando-a para trabalhar. Há somente um caso como exceção.

Devido essa dificuldade, dois produtores associados à APROVES, com auxílio da Secretaria da Agricultura, adquiriram um trator equipado que aluga-se a Cr\$ 9.500 a hora, com combustível, sem fins lucrativos, para os associados.

Segundo os pequenos produtores, o que os impede de comprar máquinas é a instabilidade da posse da terra.

4. COMERCIALIZAÇÃO

Todos os produtos são comercializados, sendo o mercado final Guarapari e Vitória, principalmente os supermercados.

Os intermediários são de Vitória, e desempenham o papel de beneficiadores, empacotadores e classificadores dos produtos.

Os produtores têm conhecimento do preço de mercado através da CEASA e da Rádio Espírito Santo; negociam com o intermediário, porque não possuem condições para beneficiar as mercadorias e porque é mais vantajoso, uma vez que com o transporte, seria muito alto o custo final. Além disso, existe ainda a dificuldade do próprio produtor comercializar a mercadoria, devido à exigência da fiscalização da ficha do produtor, adquirida no Ministério da Fazenda, pois isto significa a inscrição comercial. Para sanar essa dificuldade, há empréstimos dessa ficha entre os produtores e arrendatários.

5. VISÃO DA ASSOCIAÇÃO SOBRE POLÍTICA AGRÍCOLA

- Não há preço que garanta a produção.
- Pouco crédito e demora na sua liberação.
- Boa avaliação do PROVARZEAS, no entanto dificuldade devido à vala Cor
nêlio.

6. SOBRE AS COOPERATIVAS

Segundo a Associação, as cooperativas existentes na região nada signifi-
cam para os produtores.

7. APOIO URBANO AO DESENVOLVIMENTO RURAL

- Melhoramento das estradas.
- Eletrificação rural (\pm 40 moradores).
- Indústria de beneficiamento e empacotamento em geral.

8. PRINCIPAIS LUTAS DA ASSOCIAÇÃO

Um dos objetivos da Associação é realizar a comercialização dos produ-
tos dos associados; no entanto, está sendo inviável devido à falta de
recursos necessários.

Por isso, lutam por:

1. Armazém (2 galpões de 400m²), que já está sendo encaminhado.
Máquinas de beneficiamento (compra prevista para dezembro/janeiro/85).
2. Conseguir mais terras para arrendar.
3. Assistência médica, aos associados e em geral, odontológica e jurídi-
ca.

Sendo que uma das reivindicações é: o subsídio ao combustível para que se possa atender mais eficazmente aos produtores.

9. INFORMAÇÕES GERAIS

A grande área plantada em folhagens se justifica devido ao retorno financeiro em pequeno pedaço de terra.

A banana é plantada pelos grandes, mas na maioria são pequenos produtores.

Segundo a Associação, a queda em cabeças de bovinos e em área de pastagens se deve à seca e à matança de vacas (matrizes), o que significa queda na reprodução.

A expansão da pecuária tem expulsado as pessoas da área rural e também as promessas do Governo de emprego e casa própria na área urbana.

Existência de várias granjas (8 a 10); porém, a única de expressão possui 30.000 cabeças de galinhas, comercializadas com a Dumilho e emprega ± 50 pessoas.

Essa propriedade possui cinco alqueires de terra.

Existência de muita terra improdutiva.

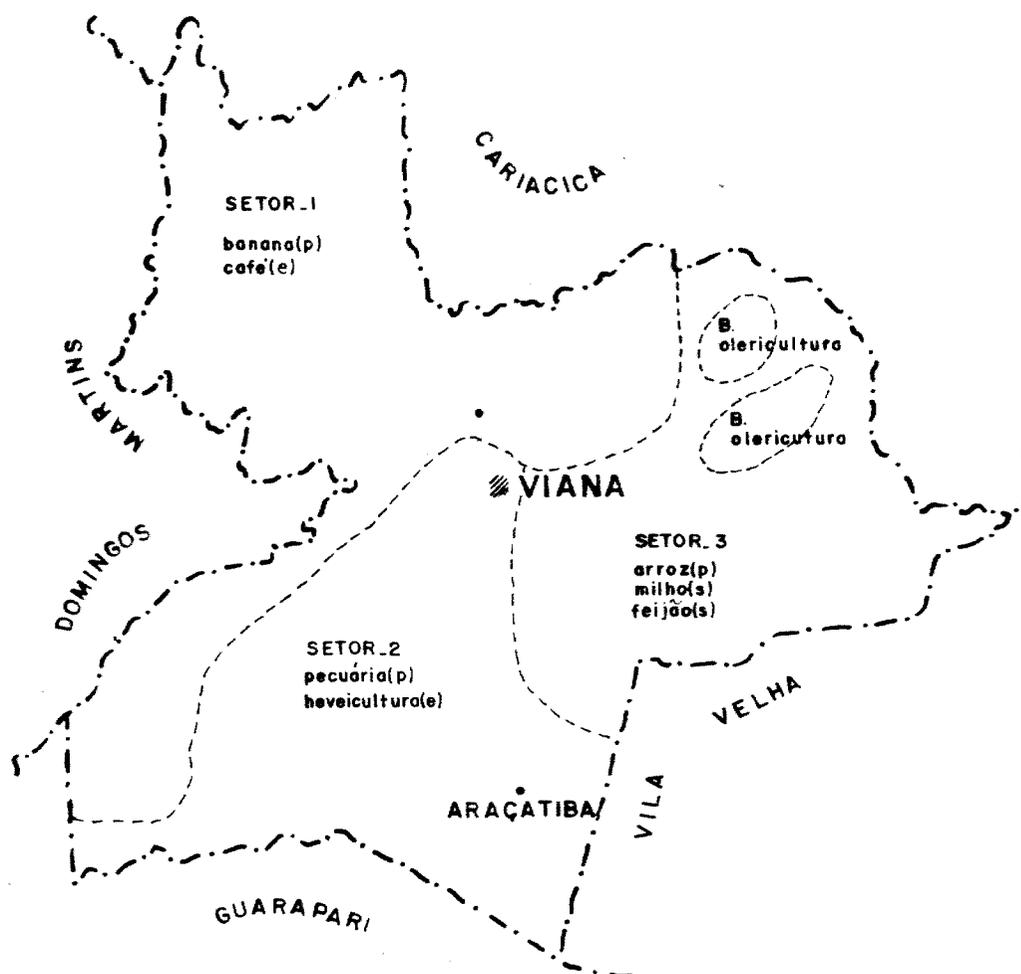
Os arrendatários, associados à APROVES, têm mais facilidades em conseguir crédito no BANESTES, pois o mesmo exige a carteira de sócio para liberar o financiamento.

ANEXO II

SETORES DE PRODUÇÃO
SETORES CENSITÁRIOS

MUNICÍPIO DE VIANA

Setores de produção



CONVENÇÕES

 LIMITE DE MUNICÍPIO

 SEDE MUNICIPAL

 DIVISÃO DE SETOR DE PRODUÇÃO

B.olericultura - Bolsão

p.principal

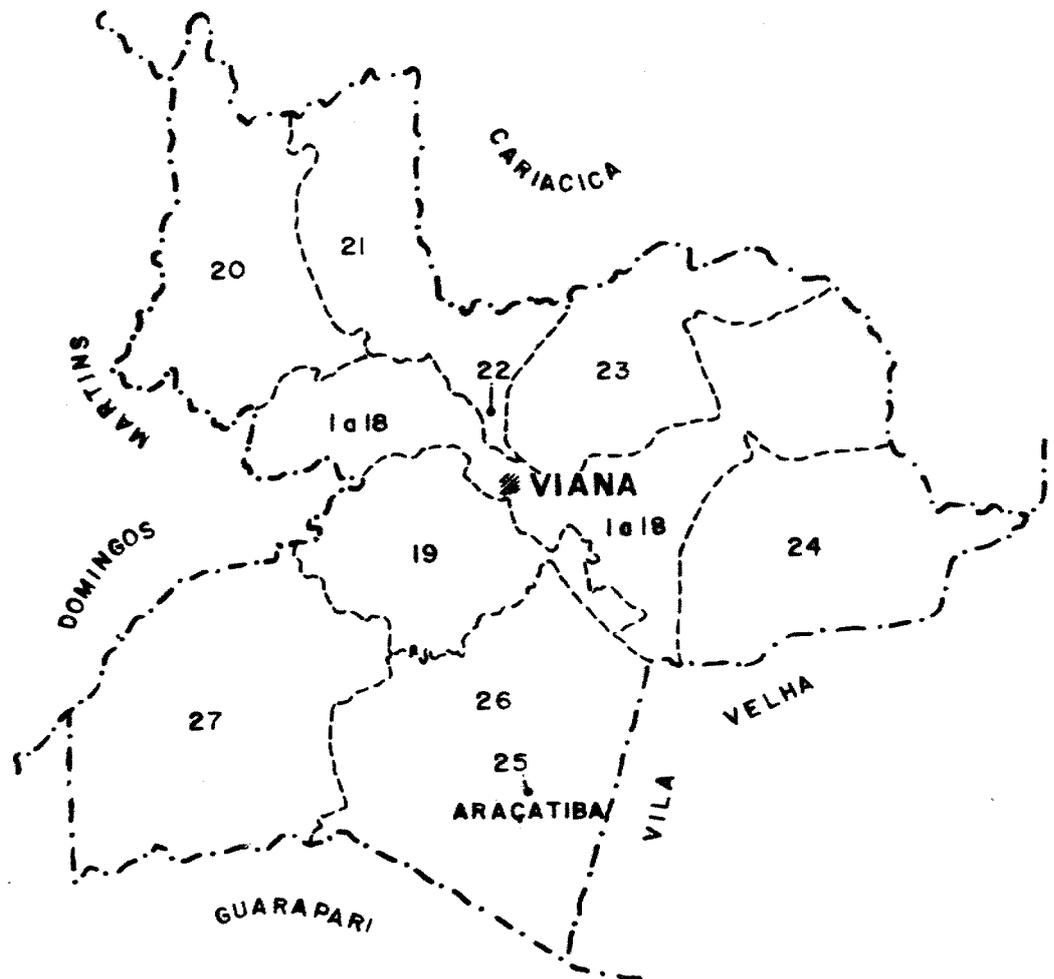
s.secundária

e.embrionária

esc.: 1/200000

MUNICÍPIO DE VIANA

Setores censitários



CONVENÇÕES

-  LIMITE DE MUNICÍPIO
-  SEDE MUNICIPAL
-  DIVISÃO DE SETORES CENSITÁRIOS



ANEXO III

DADOS DE COMPUTADOR

PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO

04

VIA 01 SETOR 01 CULTURAS : III , III E III URB. 110-111-111

RATOS	A. OCUPADA	% A. OCUP	PROP	% PROP	A L P	% ALP	A L T	% ALT	P. OCUP	TRAT.	B O V	S U I	A V E S
- 10	92.721	2.451	42	54.787	41.24	44.480	38.28	41.238	117	0	1	152	22945
- 50	590.521	15.799	21	23.378	122.98	24.822	75.08	12.714	178	7	313	107	14516
- 100	143.281	3.967	2	2.703	10.68	7.203	1.00	0.674	11	0	167	0	15
- 500	948.101	25.313	8	8.108	57.00	8.028	31.00	3.277	35	1	612	15	230
- 1000	1960.001	52.440	3	4.054	193.90	10.153	148.40	7.571	95	4	878	91	0
1000	0.001	0.000	0	0.000	0.00	0.000	0.00	0.000	0	0	0	0	0
T A	3757.621	100.000	74	100.000	430.42	11.519	293.73	7.559	456	12	1769	365	37726

VIA 19 SETOR 19 CULTURAS : III , III E III

RATOS	A. OCUPADA	% A. OCUP	PROP	% PROP	A L P	% ALP	A L T	% ALT	P. OCUP	TRAT.	B O V	S U I	A V E S
- 10	133.501	4.658	27	52.941	53.00	39.700	27.50	20.599	78	0	15	54	766
- 50	334.781	12.182	12	23.529	73.60	21.985	54.00	18.130	49	0	158	224	613
- 100	372.801	13.586	5	9.804	22.10	5.928	19.84	5.322	22	0	216	7	286
- 500	1229.441	44.738	6	11.765	50.36	4.096	29.36	2.388	48	2	429	8	255
- 1000	677.601	24.657	1	1.961	9.68	1.429	43.56	6.429	5	1	0	0	150
1000	0.001	0.000	0	0.000	0.00	0.000	0.00	0.000	0	0	0	0	0
T A	2748.121	100.000	51	100.000	298.74	7.596	174.26	6.341	202	3	816	293	2050

VIA 20 SETOR 20 CULTURAS : III , III E III

RATOS	A. OCUPADA	% A. OCUP	PROP	% PROP	A L P	% ALP	A L T	% ALT	P. OCUP	TRAT.	B O V	S U I	A V E S
- 10	171.001	7.457	36	35.294	44.10	25.790	58.00	33.916	75	0	30	58	767
- 50	1391.141	60.884	57	55.882	233.89	18.250	324.35	25.474	217	0	236	172	2449
- 100	508.801	21.977	7	8.867	68.04	13.108	65.36	12.973	33	1	80	119	322
- 500	128.481	5.550	2	1.961	2.42	1.059	2.00	0.833	9	0	167	6	83
- 1000	0.001	0.000	0	0.000	0.00	0.000	0.00	0.000	0	0	0	0	0
1000	0.001	0.000	0	0.000	0.00	0.000	0.00	0.000	0	0	0	0	0
T A	2292.421	100.000	102	100.000	348.44	15.955	479.74	20.927	334	1	483	357	3903

VIA 21 SETOR 21 CULTURAS : III , III E III

RATOS	A. OCUPADA	% A. OCUP	PROP	% PROP	A L P	% ALP	A L T	% ALT	P. OCUP	TRAT.	B O V	S U I	A V E S
- 10	107.381	7.139	28	40.000	72.90	55.082	18.00	13.101	65	0	2	8	582
- 50	695.321	36.234	30	48.154	245.14	34.818	78.99	11.312	104	0	122	84	733
- 100	292.951	18.241	4	5.154	43.14	14.725	43.56	14.589	12	0	82	8	40
- 500	798.501	41.437	5	7.892	93.81	11.897	32.43	4.081	21	0	57	9	59
- 1000	0.001	0.000	0	0.000	0.00	0.000	0.00	0.000	0	0	0	0	0
1000	0.001	0.000	0	0.000	0.00	0.000	0.00	0.000	0	0	0	0	0
T A	1892.271	100.000	67	100.000	462.99	23.464	172.95	8.975	202	0	263	79	1485

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO

ITANA SETOR 22 CULTURAS : III , III E III *URBANO - MAR?*

ATQ	A. COUPADA	% A. COUP	PROP	% PROP	A L P	% ALP	A L T	% ALT	P. COU	TRAT.	B O V	S U I	A V E S
10	0.000	0.000	0	0.000	0.00	0.000	0.00	0.000	0	0	0	0	0
50	0.000	0.000	0	0.000	0.00	0.000	0.00	0.000	0	0	0	0	0
100	0.000	0.000	0	0.000	0.00	0.000	0.00	0.000	0	0	0	0	0
500	271.041	100.000	1	100.000	24.20	8.929	67.76	25.000	37	1	0	70	0
1000	0.000	0.000	0	0.000	0.00	0.000	0.00	0.000	0	0	0	0	0
6000	0.000	0.000	0	0.000	0.00	0.000	0.00	0.000	0	0	0	0	0
TOTAL	271.041	100.000	1	100.000	24.20	8.929	67.76	25.000	37	1	0	70	0

ITANA SETOR 23 CULTURAS : III , III E III

ATQ	A. COUPADA	% A. COUP	PROP	% PROP	A L P	% ALP	A L T	% ALT	P. COU	TRAT.	B O V	S U I	A V E S
10	145.521	6.665	36	49.315	89.54	61.331	23.91	16.429	76	0	6	84	668
50	658.681	38.077	29	38.335	282.73	40.017	78.64	11.671	130	0	72	109	5470
100	379.261	17.371	5	6.849	67.76	17.866	28.62	7.019	31	1	181	78	30
500	1001.881	45.888	4	5.477	77.44	7.729	16.94	1.691	32	0	283	155	205
1000	0.000	0.000	0	0.000	0.00	0.000	0.00	0.000	0	0	0	0	0
10000	0.000	0.000	0	0.000	0.00	0.000	0.00	0.000	0	0	0	0	0
TOTAL	2185.341	100.000	73	100.000	497.52	22.787	144.11	6.600	269	1	542	426	6373

ITANA SETOR 24 CULTURAS : III , III E III

ATQ	A. COUPADA	% A. COUP	PROP	% PROP	A L P	% ALP	A L T	% ALT	P. COU	TRAT.	B O V	S U I	A V E S
10	45.561	2.756	10	25.000	16.30	35.786	16.94	37.182	55	0	11	107	266
50	565.261	34.438	21	52.500	64.40	11.314	108.73	19.101	153	5	191	60	424
100	535.741	21.521	5	12.500	24.20	6.803	29.04	8.165	24	1	174	50	1548
500	682.441	41.288	4	10.000	24.20	3.546	16.94	2.462	17	4	760	50	25
1000	0.000	0.000	0	0.000	0.00	0.000	0.00	0.000	0	0	0	0	0
10000	0.000	0.000	0	0.000	0.00	0.000	0.00	0.000	0	0	0	0	0
TOTAL	1828.001	100.000	40	100.000	127.11	7.011	171.65	10.384	282	10	1136	297	2562

ITANA SETOR 25 CULTURAS : III , III E III *URBANO - MAR?*

ATQ	A. COUPADA	% A. COUP	PROP	% PROP	A L P	% ALP	A L T	% ALT	P. COU	TRAT.	B O V	S U I	A V E S
10	0.000	0.000	0	0.000	0.00	0.000	0.00	0.000	0	0	0	0	0
50	0.000	0.000	0	0.000	0.00	0.000	0.00	0.000	0	0	0	0	0
100	0.000	0.000	0	0.000	0.00	0.000	0.00	0.000	0	0	0	0	0
500	0.000	0.000	0	0.000	0.00	0.000	0.00	0.000	0	0	0	0	0
1000	0.000	0.000	0	0.000	0.00	0.000	0.00	0.000	0	0	0	0	0
10000	1560.00	99.407	1	25.000	64.00	0.333	54.00	0.333	22	2	1105	0	0
TOTAL	1560.00	100.000	4	100.000	64.00	0.666	54.00	0.667	31	2	1105	0	42

INSTITUTO JONAS DOS SANTOS NEVES

PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO

VIANA SETOR 26 CULTURAS : /// , /// E ///

FAZES	A.Ocupada	% A.Ocup	PROP	% PROP	A L P	% ALP	A L T	% ALT	P.OCU	TRAT.	B O V	S U I	A V E S
- 10	100.100	2.457	25	49.020	41.24	41.798	27.30	27.275	85	0	13	18	354
- 50	358.201	5.227	12	23.329	91.06	25.427	52.67	14.704	47	0	300	42	362
- 100	591.101	14.556	7	13.725	22.99	3.889	72.60	12.232	39	2	525	23	399
- 200	751.651	25.450	4	7.843	112.28	11.799	534.84	26.751	122	7	292	36	205
- 1000	2057.001	56.890	3	5.882	33.58	1.847	14.52	0.706	31	2	1085	64	60
1000	0.001	0.000	0	0.000	0.00	0.000	0.00	0.000	0	0	0	0	0
T A L	4057.981	100.000	51	100.000	302.07	7.444	421.93	16.395	304	11	2221	181	1355

VIANA SETOR 27 CULTURAS : /// , /// E ///

FAZES	A.Ocupada	% A.Ocup	PROP	% PROP	A L P	% ALP	A L T	% ALT	P.OCU	TRAT.	B O V	S U I	A V E S
- 10	186.001	4.511	25	29.070	49.50	26.513	60.00	32.258	65	0	16	34	1217
- 50	1002.381	24.651	39	45.349	205.64	20.535	139.91	13.938	129	0	126	590	9325
- 100	567.481	21.567	12	13.954	96.89	11.169	65.73	9.833	43	0	118	49	430
- 200	1977.701	49.031	10	11.628	106.44	5.382	65.40	5.307	60	1	581	13	393
- 1001	0.001	0.000	0	0.000	0.00	0.000	0.00	0.000	0	0	0	0	0
1000	0.001	0.000	0	0.000	0.00	0.000	0.00	0.000	0	0	0	0	0
T A L	4033.581	100.000	86	100.000	458.67	11.371	351.04	8.703	297	1	841	686	11427

TAL DO MUNICIPIO DE VIANA

FAZES	A.Ocupada	% A.Ocup	PROP	% PROP	A L P	% ALP	A L T	% ALT	P.OCU	TRAT.	B O V	S U I	A V E S
- 10	1020.291	4.179	230	42.048	412.73	40.452	273.40	26.797	606	0	94	513	27650
- 50	5801.281	22.944	220	40.215	1317.68	23.525	940.40	16.759	1007	12	1515	1352	34002
- 100	3511.421	14.084	47	8.592	353.30	10.078	345.75	9.789	215	5	1545	334	3350
- 500	8085.241	33.119	42	7.675	547.75	6.775	516.67	6.390	381	16	3121	394	1432
- 1000	4894.801	19.230	7	1.250	242.18	5.155	205.45	4.393	131	7	1764	155	330
1000	1500.001	5.144	1	0.183	50.00	3.333	50.00	3.333	22	2	1105	0	0
T A L	24412.901	100.000	547	100.000	12504.12	11.978	2330.70	9.547	2054	42	9145	2754	66054

